



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO)
Nº 140 PE (0002570-89.2014.4.05.0000)

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INVESTIGADO : SEM INDICIADO

INVDO : JÚLIO EMÍLIO LÓSSIO DE MACEDO

ADV/PROC : FABIO DE SOUZA LIMA E OUTRO

ORIGEM : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM PERNAMBUCO - PE

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
(CONVOCADO) - Pleno

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO

(Relator Convocado): Trata-se de AÇÃO PENAL proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (fls. 02/03) contra JÚLIO EMÍLIO LÓSSIO DE MACEDO, Prefeito do Município de Petrolina/PE, pela suposta prática do delito previsto no art. 1º, inciso VII, do Decreto-lei nº 201/67. Segundo narrou o *Parquet* na denúncia, o réu não realizou prestação de contas, no prazo previsto, de verbas recebidas do FNDE pela Prefeitura de Petrolina, no exercício de 2012, relativas ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, no total de R\$ 1.423.394,13 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e treze centavos).

Notificado, o denunciado apresentou resposta à acusação (fls. 36/116), alegando, em síntese, a efetiva prestação de contas. Ao final, pugnou pela rejeição da denúncia.

A requerimento, o FNDE encaminhou ofício a esta Corte, confirmando a tempestiva prestação de contas das verbas do PNATE, referente ao exercício de 2012, pela Prefeitura de Petrolina (fls. 132/133).

Em promoção de fls. 136/7, o MPF requereu o arquivamento do feito.

Relatei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Sendo o caso de dispensa de revisão, pelo dia para julgamento.

DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO)
Nº 140 PE (0002570-89.2014.4.05.0000)**
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INVESTIGADO : SEM INDICIADO
INVDO : JÚLIO EMÍLIO LÓSSIO DE MACEDO
ADV/PROC : FABIO DE SOUZA LIMA E OUTRO
ORIGEM : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM PERNAMBUCO - PE
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
(CONVOCADO) - Pleno

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
(Relator Convocado): Tenho comigo que deve ser acolhida a promoção do MPF quanto ao arquivamento da denúncia, em razão da inexistência do fato delituoso.

Com efeito, no Ofício nº 88/2014 – DIFIN/FNDE/MEC, que instruiu a inicial acusatória, o próprio FNDE/MEC informou que constava do SIGPC (Sistema de Gestão de Prestação de Contas) o envio ao CACS – FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação) dos dados da prestação de contas dos recursos relativos ao PNATE, no exercício de 2012, da municipalidade de Petrolina. Tal notícia foi confirmada, em seguida, no ofício de fls. 132/133, também do FNDE, o qual atesta que a prestação de contas foi devidamente enviada em 22/02/2013, sendo que a data limite estabelecida era de 30/04/2013.

Por essa razão, o próprio *dominus litis* requereu o arquivamento do presente feito, alegando que a prestação de contas não foi enviada ao SIGECON (Sistema de Gestão de Conselhos) apenas em razão da burocracia interna do FNDE; não por responsabilidade do réu. Afirmou ainda que, no caso em análise, o bem jurídico protegido pela lei penal “não sofreu a mais mínima violação possível” (fls. 137).

Restou clara, portanto, a ausência de justa causa para a ação penal.

Assim, rejeito a denúncia, determinando o arquivamento do feito, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.038/90 c.c. art. 395, III, do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

É como voto.

DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO) Nº 140 PE (0002570-89.2014.4.05.0000)

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INVESTIGADO : SEM INDICIADO

INVDO : JÚLIO EMÍLIO LÓSSIO DE MACEDO

ADV/PROC : FABIO DE SOUZA LIMA E OUTRO

ORIGEM : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM PERNAMBUCO - PE

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (CONVOCADO) - Pleno

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (ART. 1º, VI, DO DECRETO-LEI 201/67). INEXISTÊNCIA DO FATO CRIMINOSO. DENÚNCIA REJEITADA (ART. 6º DA LEI Nº 8.038/90 E DO ART. 395, II, DO CPP).

1. No Ofício nº 88/2014 – DIFIN/FNDE/MEC, que instruiu a inicial acusatória, o FNDE/MEC informou que constava do SIGPC (Sistema de Gestão de Prestação de Contas) o envio ao CACS – FUNDEB (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação) dos dados da prestação de contas dos recursos relativos ao PNATE, no exercício de 2012, da municipalidade de Petrolina.

2. Tal informação foi confirmada, em seguida, no ofício do FNDE, o qual atesta que a prestação de contas foi devidamente enviada em 22/02/2013, sendo que a data limite estabelecida era de 30/04/2013.

3. O próprio *dominus litis* requereu o arquivamento do presente feito, alegando que a prestação de contas não foi enviada ao SIGECON (Sistema de Gestão de Conselhos) apenas em razão da burocracia interna do FNDE. Afirmou ainda que, no caso em análise, o bem jurídico protegido pela lei penal “não sofreu a mais mínima violação possível”.

4. No caso em tela, é patente a inexistência do fato delituoso, devendo ser rejeitada a denúncia por falta de justa causa para a ação penal, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.038/90 c.c. art. 395, III, do CPP.

5. Denúncia rejeitada.

ACÓRDÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO JUIZ FRANCISCO CAVALCANTI

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE o Pleno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, rejeitar a denúncia e determinar o arquivamento do feito, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, 19 de novembro de 2014 (data do julgamento).

DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO
Relator Convocado